

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Aos nove dias de dezembro de dois mil e quatorze, na Sala Um da Casa da Educação Visconde de Mauá foi convocada pelo vice-presidente, Ms. Professor Jelcy Rodrigues Corrêa Júnior, a reunião ordinária do mês excepcionalmente para às 13h. 1

Às 13h15min foi feita a primeira convocação, faltando apenas um conselheiro para completar o quórum mínimo. Assim, em segunda convocação, às 13h37min foi atingido o quórum, então a secretária executiva deu segmento ao item **1** do **Expediente**, alínea **a. Chamada dos presentes e verificação do quórum**, estando presentes os conselheiros Renato Freixiela de Oliveira, Mônica Vieira Freitas, Rosilene Ribeiro, Sandra Cristina Motta Bortolotti, Márcia Cristina Ribeiro Lopes, Jelcy Rodrigues Corrêa Júnior, Rosimar Silveira Pinto, Francisco Afonso Eccard, Ricardo Bragança Pinheiro Tammela, Wesley Diniz Furtado, Gelza dos Santos Gatera e Angela Maria A. de Alcântara.

Justificaram a ausência os conselheiros Claudia Carneiro Farias, Maria de Fátima Lavrador de Castro, Maria de Fátima F. B. de Mendonça, Regina Coeli Pinheiro Máximo de Souza, Renata Martins Varricchio, Glauciane Helene Botelho e Leonardo Paiva Campos.

Dando abertura à Reunião, o vice-presidente cumprimentou a todos e prosseguiu com o protocolo, no item **2** do **Expediente**, alínea **b. Aprovação da ata da reunião do mês de outubro**, que não houve qualquer emenda, restando aprovada por unanimidade.

O vice-presidente Jelcy sugeriu que fosse aberto na pauta um tempo para considerações a respeito do CEI Castelo São Manoel, uma vez que a comissão responsável teria realizado a visita para acompanhar as modificações apontadas outrora.

A conselheira Rosimar se manifestou explicando que realizou a visita em nome do CAE e do próprio COMED e que a inspetora escolar Flávia também acompanhou a visita preparando o relatório para a Secretaria de Educação.

Mônica informou que diante do relatório, a Secretaria avaliará os aspectos apresentados e encaminhará as providências às equipes especializadas para imediatamente solucionar as questões, porém necessita do relatório da Comissão do COMED para embasar juridicamente qualquer tomada de decisões.



A conselheira Deise de Cássia chegou.

Rosimar declarou que inicialmente encontrou caótica a realidade da instituição, tanto física, como estrutural no que diz respeito aos utensílios, desorganização pedagógica e espacial em um ambiente totalmente improvisado e despreparado para o cuidado e a educação de crianças de tão pouca idade. Porém, após as intervenções, foi construída uma bancada com 2 passa pratos entre a cozinha e o refeitório, a geladeira e o freezer foram restaurados, os alimentos estavam separados – carnes, de frutas, legumes, etc., pintaram as paredes, colocaram placas de MDF no refeitório de forma a facilitar a constante necessidade de limpeza, novo bebedouro, corrimãos instalados, despensa com prateleiras forradas e bem organizada, piso refeito, etc.

Por fim, confessou que se sentiu gratificada com a mudança na fisionomia das crianças, gozando do espaço externo (anexo) com brincadeiras e leituras, pisos novos, melhor iluminação, porta-mochilas, tatame emborrachado, colchonetes individualizados, pátio no mesmo nível com piso uniforme, cobertura na piscina e gradeada com portão e cadeado, retiraram o telhado de amianto, fiação embutida, descargas sanitárias na altura das crianças, casinha própria para o gás na área externa e gradeada, utilização dos banheiros já reformados e adequados à idade; entendeu que o verdadeiro objetivo do Conselho se concretizou, pois recebeu a denúncia, apurou, indicou reformas e acompanhou o desfecho, alcançando o melhor interesse da Educação.

Os conselheiros Wesley e Angela colaboraram afirmando que o ambiente estava muito mais limpo e organizado.

A cidadã Francelina Fragoso, conselheira do CAE também presente, afirmou que fez a visita pelo Conselho de Alimentação e viu que a situação geral da instituição melhorou muito, o parquinho tem grama sintética, o cardápio “batia” com o orientado e estabelecido pelo Núcleo de Alimentação Escolar, entre outras importantes modificações. Acreditou que as ações foram importantes para as crianças não perderem a identidade com o CEI, e que as mudanças melhoraram a repercussão do trabalho do CEI na própria comunidade, resgatando o sorriso das crianças e das famílias. Considerou que o resultado foi o melhor possível e parabenizou o COMED e a Secretaria pelo trabalho em parceria.

A conselheira Rosimar revelou que se sentiu orgulhosa por pertencer ao Conselho e poder efetivamente colaborar para a melhoria.

A conselheira Mônica alegou que foram sessenta dias de intervenção constante e que quando há um gestor eficiente, não é necessária nenhuma outra medida. Foi um bom exemplo de que a fiscalização contínua produz autonomia e trabalho correto e também se julgou satisfeita. Idealizou o momento em que a Secretaria de Educação não precisaria mais intervir para conseguir a qualidade e eficiência das unidades escolares, cada uma resolvendo seus próprios problemas. Considerou que hoje a maior dificuldade tem a ver com a gestão escolar e a boa administração pedagógica e institucional, inclusive porque as unidades contam com recursos financeiros de forma autônoma.

A conselheira Deise de Cássia considerou que no CEI Castelo São Manoel, além das adequações já discutidas, a equipe que representa no setor de matrícula, fez ajustes no número de crianças, limitando a capacidade de atendimento.

A conselheira Angela perguntou o que seria feito com o excedente de alunos.

Deise explicou que naturalmente, algumas crianças seriam transferidas para as escolas da redondeza, pois passariam para o Ensino Fundamental quando completassem seis anos, e assim já foi organizado.

Mônica explicou que somente com a transferência das crianças que ingressarão no 1º ano, já reduziu para cento e vinte crianças, e pediu à Deise que enviasse à Subsecretaria de Educação Infantil os dados, para que os pormenores fossem encaminhados por ofício ao COMED.

Deise concluiu que não serão abertas novas vagas no CEI Castelo São Manoel.

A conselheira Rosimar perguntou à secretaria executiva se receberam algum comunicado oficial ou extraoficial do CAE.

Débora respondeu negativamente.

Rosimar questionou à Secretária de Educação a respeito do calendário letivo e o cumprimento de duzentos dias letivos, pois em visita do CAE, foram observadas unidades com funcionamento precário ou reduzido e grande estoque de alimentos.

O conselheiro Ricardo parabenizou as ações de conversão dos problemas encontrados no CEI Castelo São Manoel, afinadas com o termo de conduta ajustado, mas apontou que não pode deixar de observar que é preciso fazer uma ressalva em relação à piscina, independente de estar vazia ou cheia, com ou sem tela, gradeada ou não. Colocou que existe legislação própria que regulamenta piscinas em espaços públicos, e alertou para o aspecto estrito da segurança,

asseverando que o imponderável acontece; assim, seria fundamental explicitar esta consideração no relatório final produzido pela Comissão do COMED.

A conselheira Mônica sugeriu o aterramento provisório com gramado ou transformar a pequena piscina numa caixa de areia ou terrário. Solicitou ainda que o relatório a ser apresentado em fevereiro, contenha a expressão “Aprovado com recomendação”.

Rosimar acreditou que a instituição pode ajustar da melhor forma que lhe convier, desde que atenda as recomendações em relação à piscina.

Jelcy sugeriu que poderia ser agendada uma reunião extraordinária apenas para a aprovação do referido relatório da Comissão, uma vez que não se encontraria pronto, porém, os conselheiros consideraram o relato positivo, podendo o relatório ser apresentado na reunião de fevereiro.

Sintetizando o assunto até o momento discutido, Jelcy esclareceu que todas as exigências foram cumpridas, porém o Conselho recomenda a melhor utilização do espaço da piscina e que tudo isso deve ser apresentado formalmente pela Comissão em fevereiro.

O conselheiro Wesley solicitou mais responsabilidade da Mesa Diretora no controle do tempo das falas, pois vem se sentindo cerceado no seu direito de fala e pediu aos demais conselheiros a seriedade em tratar de forma ampla a situação dos convênios estabelecidos pela Secretaria de Educação com entidades privadas; e que por inúmeras vezes, o Conselho pediu esclarecimentos e informações simples sobre estes, mas a Secretaria sempre apresenta evasivas e o assunto não seria estudado com profundidade, retornando frequentemente à pauta devido à falta de transparência. Solicitou a inclusão na pauta da reunião de fevereiro, a discussão do gasto de dinheiro público em prestações de serviços de creches particulares que só prestam serviços para o município, além de mais uma vez conhecer os critérios para o estabelecimento de tais convênios.

Mônica declarou que participou de um Congresso de Gestão Pública em São Paulo e que no Brasil inteiro, a demanda reprimida para Educação Infantil é tão grande que licita vagas tanto em instituições propriamente particulares, como para conveniadas, configurando-se como uma possibilidade, uma saída, para dar conta desses alunos.

Jelcy entendeu que essa legitimação se dá para não privilegiar a classe A ou B, popularizando com qualidade o atendimento nesta faixa de idade também.

Rosimar concordou com o conselheiro Wesley e reforçou que desde que começou a participar do Conselho, vários são os pedidos de esclarecimento quanto aos convênios e as respostas não vêm ou são muito superficiais e reforçou que isso também acontece em todos os outros Conselhos da Educação. Assim, declarou e solicitou que a Secretaria antes de celebrar os convênios, renová-los ou encerrá-los, cumpra as prerrogativas do Regimento Interno e cientifique o COMED.

Nesse momento, Jelcy explicou que esta é a quarta vez que o assunto vem à pauta, sem ser finalizado então foi iniciada a discussão da **ORDEM DO DIA**, item **a) Constituição de Comissão para elaboração da próxima Conferência Municipal de Educação com data de realização estabelecida para final de abril de 2015**, assim voluntariaram-se para participar Ricardo, Rosimar, Angela, Francisco e Gelza. A Secretária de Educação indicou Débora e a Subsecretária Rosilene, indicou Sandra.

A conselheira Angela perguntou sobre o afastamento da presidente, uma vez que o processo eleitoral já acabou e Jelcy explicou que conversará com ela para saber seu posicionamento definitivo.

Ricardo sugeriu que o primeiro encontro da Comissão aconteça na segunda terça-feira de janeiro, dia 13/01/15 às 15h.

Passando à alínea **b) Apresentação dos relatórios de visita aos Centros de Educação Infantil Terra Santa e Criança Moinho Preto pela Comissão composta pelos conselheiros Rosimar, Angela, Márcia Lopes, Deise, Sandra e Regina**, a conselheira Sandra afirmou que só fez uma visita, no CEI Criança Moinho Preto e como alguns membros da Comissão não se reuniram, não foi produzido relatório.

Em relação ao CEI Terra Santa, Rosimar explicou que em visita pelo CAE, observaram que este possui cento e doze crianças e que há uma confusão institucional muito grande, pois a Escola divide os espaços físicos com o CEI, porém significativamente a estrutura da escola é melhor do que a do CEI, ressaltando a questão da gestão que parece ser única, embora as prioridades não.

Em relação ao CEI, sequer tem uma despensa em separado, os alimentos ficam expostos em uma bancada, as crianças têm acesso ao fogão, tem um buraco enorme debaixo da pia, a cozinha é escura, insalubre (tanto para os funcionários quanto para as crianças), faltam

corrimãos, proteção de quinas, as salas são escuras, o banheiro tem problemas e a diretora afirma que não tem recursos.

A conselheira Sandra observou na visita que as crianças estavam dormindo acompanhadas, mas de fato, devido ao prédio ser antigo, há desnível nos pisos.

Deise colocou que realmente a iluminação não é melhor porque há limitações nas janelas que são muito antigas.

6

Rosimar esclareceu que na parte do prédio amparada pelo convênio, já foram feitas alterações, porém as salas continuam abafadas, a iluminação natural é precária, os basculantes são insuficientes, e em nenhum lugar há corrimãos; o CEI tem acesso por degraus em todos os lados e a diferença entre a escola e o CEI é visível, no cuidado, na organização e na atenção. A área externa é comum, compartilhada por todos os projetos do Complexo, porém as crianças têm idades muito diferenciadas e ficam todos juntos. Indicou que a Secretaria de Educação se aproprie da real administração do espaço e da equipe gestora, se o número de crianças é proporcional aos profissionais, a readequação dos espaços porque há salas maiores e menores, a reorganização de gêneros, construção de despensa, área de circulação a ser melhorado, evitando que as crianças tão pequenas precisem se locomoverem por degraus o tempo todo, reformar o solário que é todo de cimento e não oferece condições de estimulação aos bebês. Finalizando, Rosimar questionou a informação que as vagas seriam ampliadas para absorverem os filhos de funcionários da COMDEP.

A conselheira Mônica clarificou que encaminhará os ajustes relativos ao espaço físico à Secretaria de Obras porque a questão envolve o contrato de locação e a gestão. O novo espaço locado tem condições de expandir o atendimento para mais cem vagas.

Jelcy pediu à Rosimar a entrega formal do relatório para poder enviar à Secretaria de Educação e acompanhar a solução do impasse e pediu que informasse aos demais membros desta Comissão, quando fariam a visita à outra unidade escolar.

A conselheira Angela perguntou a respeito da manutenção do prédio da Escola São Judas Tadeu e a Secretária Mônica respondeu que já conversou com a presidente da Associação de Moradores sobre as obras por lá.

Rosimar questionou o que a Secretaria de Educação fará se até fevereiro não ocorrer a reforma ou a locação de outro imóvel para funcionar adequadamente o CEI Irmã Dulce e o CEI São Francisco de Assis no Alto da Derrubada.



Mônica respondeu que há estudos para a desapropriação de um imóvel no Atílio Marotti para o funcionamento provisório, porque somente obras não bastaram para dar qualidade às crianças, além da necessidade de ampliação da oferta de vagas.

Rosimar indagou se a Secretaria de Educação e de Obras estariam cientes das rachaduras na Escola Municipal Odette da Fonseca e se estão considerando o deslocamento da escola para um novo espaço.

7

Jelcy reforçou que as Comissões sejam mais responsáveis em se organizarem para as visitas *in loco* e o preparo de relatórios formais – escritos, a serem entregues no dia da discussão em pauta.

A conselheira Gelza perguntou à Secretária Mônica se a Escola das Comunidades São Jorge também estaria no cronograma das obras.

Mônica informou que todos os relatórios elaborados pela Secretaria de Educação em parceria com a Secretaria de Obras estão sendo analisados pela Procuradoria Geral do município para que o menor impacto seja provocado na vida dos alunos e funcionários e que cada caso é único, pois há prédios em regime de cessão, comodato, etc.

Dando continuidade, a alínea **c) Encaminhamento do Ofício dirigido ao COMED da E. M. Leonardo Boff à Câmara de Políticas Sociais ligadas à Educação para produção de parecer quanto às metas e perspectivas para a rede municipal de ensino acerca da construção de uma política de Estado sobre a Educação Integral e em Tempo Integral, diante do recente I Congresso de Educação Integral de Petrópolis**, o vice-presidente encaminhou o ofício à coordenadora da Câmara, Angela, para produção do parecer.

A conselheira Rosilene esclareceu que o Congresso foi apenas o primeiro passo para dar visibilidade ao assunto e sensibilizar os cidadãos a pensarem nos desdobramentos dos trabalhos já desenvolvidos. Naquele momento foram apresentados artigos, foram feitas mesas redondas e apresentaram algumas produções, que geraram muitas indagações. O novo organograma da Secretaria de Educação já contemplaria a Educação Integral como instrumento, fomento de políticas públicas voltadas para o assunto, e as metas de implementação seriam independentes do governo federal, diferentes da Educação Integral apresentada pela Escola Municipal Leonardo Boff, Escola das Comunidades São Jorge. O que se vislumbra é a construção de um projeto autêntico e original, com um currículo próprio e metas bem consolidadas, porque se falar em

Educação Integral seria redundante, pois toda Educação é integral; envolve a inclusiva, a ambiental, a financeira...

O conselheiro Francisco disse que uma escola capaz de resolver problemas, oferecer recursos e existir no contexto dessa sociedade que vivemos, é o que se almeja.

A conselheira Naara explicou que o objetivo do ofício enviado à Secretaria do COMED foi porque há um ano atrás, o assunto foi despertado em uma reunião ordinária deste e a oportunidade de dividir as experiências exitosas da Escola Leonardo Boff, mesmo sem o aporte da Secretaria de Educação, desde o começo de sua implantação, poderiam ter sido aproveitadas-consideradas no Congresso, apresentando o que a Escola vem organizando com suas próprias condições, mesmo antes do Programa Mais Educação, ou qualquer outro suporte institucional.

Rosilene afirmou que foram agendadas três reuniões com a Escola Municipal Leonardo Boff para a Secretaria se envolver e firmar parceria.

Segundo Naara, a Escola se abateu por não ter sido contemplada no Congresso, demonstrando suas vivências. Percebeu que faltou o investimento da Secretaria, não havendo na organização do evento, espaço para discussões, simplesmente exposições. Todos da escola buscaram compreender por quê na ocasião, a Escola ficou invisibilizada já que foi a pioneira em Petrópolis. O Centro de Ensino Darcy Ribeiro, recentemente inaugurado e que só atende alunos de outras escolas em contraturno, teve espaço de destaque. A professora Maria Elisa Badia fez uma colocação totalmente equivocada, se referindo à escola baseada apenas em dados que coletou por telefone, sem nunca ter conhecido ou trabalhado lá, e mais, sequer deu à Escola o direito de resposta.

Ricardo declarou que os rumos que a reunião estaria tomando a tornariam cansativa, improdutiva, chata, formalista e burocrática, assim como todas as outras, assim aconselhou a todos organizarem melhor as questões que precisam ser discutidas.

Jelcy concordou que particularizar assuntos que não se desdobram em ações, é perda de tempo e se o destaque foi encaminhado à Câmara própria, é preciso que esta se manifeste após o estudo do assunto.

Rosilene concluiu que o assessoramento da Secretaria vem sendo feito e a Escola recebeu recursos, porém em algum momento, o perdeu devido à prestação de contas. Não concordou com as declarações feitas por Naara quanto à visibilidade dada à Escola, porque esta sempre será bem recebida pela Secretaria e não viu motivo para o assunto ter vindo novamente ao COMED.

Rosimar colocou que qualquer assunto relativo à Educação, deve sim ser trazido ao conhecimento do COMED.

A conselheira Rosilene se retirou.

O conselheiro Wesley considerou que o assunto é pertinente sim porque durante estes dois últimos anos, o tema chegou ao Conselho mais de uma vez e o próprio Conselho pouco assumiu suas responsabilidades nas discussões dos assuntos e informou que a UBES teria o maior interesse em participar dessas discussões.

9

Naara esclareceu mais uma vez que a perda de verba apontada em reunião no ano anterior, a qual levantou toda a problemática, gerando a apresentação realizada pela escola numa sessão ordinária do início do ano, se deu em razão de não ter recebido o documento *online* de prestação de contas, e não como foi acusada, de mal administrada ou desorganizada.

A participação da Escola no Congresso foi só na condição de ouvintes, plateia, e não puderam refletir e interagir em torno da temática das políticas públicas voltadas para a Educação Integral e em tempo integral e exemplificou: Que tipo de pessoas essa escola forma? Que recursos e investimentos podem ser utilizados, e de que forma?

A conselheira Mônica reforçou que o trabalho da escola é muito valorizado pela Secretaria sim e assistiu o crescimento desta ao longo dos anos, assim legitima todas as falas da Subsecretária Rosilene, inclusive em relação ao Projeto Político Pedagógico da escola, e atrelou a essa melhor construção, a possibilidade de resultados pedagógicos, administrativos e financeiros ainda melhores. Ressaltou que o importante é que para o ano 2015, o assunto esteja solucionado.

O Congresso foi somente um “torpedo” objetivando o estímulo, a provocação e o aprofundamento dos estudos a cerca da Educação Integral, com o devido apoio das demais Secretarias de Governo. Esses foram apenas os primeiros passos.

Ricardo reiterou as palavras da conselheira Rosimar quanto à polarização de discussões sem permitir que haja divergências. O objetivo central do Conselho não é estabelecer consensos, mas inclusive ouvir aquilo que não concordamos. Sugeriu que o Conselho possa colaborar mais ativamente com a Secretaria na elaboração do próximo Congresso.

A conselheira Gelza colocou que toda essa discussão, serviu de termômetro na identificação de aspectos que precisam ser mais discutidos pelo Conselho.



O vice-presidente pediu que as pessoas da Comissão da Conferência levem já no primeiro encontro, suas propostas escritas para desenvolvimento dos assuntos.

Dando continuidade à pauta, alínea **d) Explicações da SEMED sobre a natureza do pagamento das pessoas contratadas para suprirem o trabalho dos funcionários em greve**; a conselheira Jorgina pediu mais tempo, considerando que a Secretaria de Administração estaria mais embasada a dar essas respostas e que pessoalmente pediria essas informações para encaminhar por escrito à Secretaria do Conselho; seria temerário responder sem consulta.

No tocante à alínea **e) Discussão sobre os pareceres homologados do CNE/CEB nº 08/2011 e 23/2012 que tratam do funcionamento dos Centros de Educação Infantil no mês de janeiro**, Jelcy explicou que os sistemas são independentes, mas os pareceres têm força normativa por se tratarem de órgãos colegiados, e no caso do CNE, máximo, no que se refere à Educação.

Rosimar disse que o ponto central é estabelecer se em Petrópolis as férias acontecerão junto ou não, e que no ano anterior já havia proposto o planejamento para esse ano, buscando evitar as controvérsias de sempre. Afirmou categoricamente que não cabe a responsabilidade à Educação, principalmente considerando que o processo educacional não deve envolver apenas o cuidar. No mês de janeiro, a responsabilidade do cuidado é com a Secretaria de Assistência Social, a qual precisa assumir esse papel já explicitado até na Constituição e no ECA.

Jelcy perguntou à Secretária de Educação se há um controle estatístico de frequência das crianças nesse mês;

Mônica respondeu que sim, e que de fato a frequência na maioria das unidades é baixíssima.

Rosimar sugeriu bolar uma estratégia para esse período, com outras equipes e sem a utilização de verbas do Fundeb e PNAE.

Mônica respondeu que o levantamento é uma realidade e que o calendário que sairá publicado em breve no Diário Oficial prevê o início da Colônia de Férias em 19/01/15 e o recesso de 19/12/14 a 18/01/15. Ficando garantido um mês de descanso aos funcionários e há projetos sendo desenvolvidos com a Secretaria de Esportes, talvez em polos. Qualquer resposta dada hoje poderia ser infiel à realidade que vem sendo estudada.

Rosimar comentou que a Educação Infantil é direito das crianças e não das mães ou de interesses coletivos e ressaltou que essa visão puramente assistencialista nos CEI's é totalmente

ultrapassada, o importante é garantir os 200 dias letivos da EI mais a assistência na Colônia de Férias quando necessário, porque as crianças precisam interagir com suas famílias.

Mônica concordou que é preciso desmitificar a estrutura dos CEI's desse perfil assistencialista, e a SETRAC está continuamente colaborando com esta luta, porém é conquista processual que depende de seriedade, consciência social e austeridade.

Rosimar sugeriu que o COMED se debruce sobre o assunto e emita um parecer para nortear o tratamento do assunto pelo poder público local e diferenciou que férias escolares são diferentes de férias individuais/pessoais.

A conselheira Deise afirmou que o Estatuto do Funcionário Público prevê a possibilidade de três períodos de férias, divididas em dez dias para os funcionários e não para os professores.

Rosimar completou, desde que haja anuência do funcionário.

O conselheiro Ricardo ponderou que os assuntos estão sendo misturados; férias, colônia de férias e entendeu que também a Colônia de Férias deve ser formadora, assim, também é responsabilidade do Conselho, porque se refere a Políticas para infância e juventude.

Construir na prática uma rede, imbuída e preocupada com as dificuldades sociais, alavancadas pelo CRAS, Secretaria de Educação e outras instâncias, é uma oportunidade para juntarem esforços que darão encaminhamento à alternativas.

O que não podemos desconsiderar é que as crianças fiquem sem referência, jogadas nas comunidades sem o apoio ostensivo dos Conselhos Tutelares, Conselho de Saúde, de Assistência Social e isoladas de qualquer convívio produtivo.

Ricardo também pediu de antemão, que aqueles que quiserem fazer filmagem das reuniões, peçam previamente autorização, inclusive no caso do SEPE que regularmente vem gravando, para estarem protegidos os direitos de imagem, mesmo não tendo nada contra.

Rosimar expôs que todo mundo grava, então o SEPE também vai gravar as reuniões porque é um instrumento interessante de resgate de memória e não entende porque o Conselho também não participa da elaboração do calendário letivo.

O conselheiro Wesley questionou as ausências e atrasos frequentes dos membros e a necessidade de substituição da sua titular, que não aparece há mais de um ano.

Rosimar questionou à Secretária o calendário escolar 2014, que não fechará em duzentos dias letivos, por conta da greve, das paralisações, dos torneios entre salas, grupos de estudos e etc, em dias em que não houve presença maciça dos alunos e sequer reposição.

Ângela solicitou que fosse inscrita na próxima pauta um momento para partilhar as experiências da CONAE.

O conselheiro Ricardo convidou os presentes para a diplomação dos monitores formados no Projeto e Exposição de itinerância dos 180 dias, na FASE, no dia 18/12 às 10h e concluiu que foi muito significativo. Fez a diferença nos contextos alcançados.

A conselheira Jorgina pediu licença para se ausentar.

Rosimar esclareceu que fará uma representação junto ao MP sobre a reposição de aulas na rede municipal.

Mônica respondeu que houve paralisação parcial, pontual, e que a Inspeção Escolar estaria orientando singularmente cada unidade escolar para se adequar e cumprir os duzentos dias. Apresentou a conselheira Deise de Cássia como nova chefe da Inspeção e desde agora, pediu que Rosimar remeta à ela o questionamento, pois Deise terá condições de apresentar o mapeamento das unidades até o dia 19/01/15.

A conselheira Marcia Lopes elucidou que nenhuma escola é orientada a descumprir o calendário, que inclusive é publicado no Diário Oficial justamente para que todos, dentro e fora das escolas tenham ciência do trabalho escolar a ser desenvolvido, e concordou que é preciso fiscalizar, atribuição potencial da Inspeção Escolar.

Jelcy questionou qual foi o resultado, que medidas foram tomadas em relação ao gestor que descumpriu imotivadamente o calendário e quais são as ações corretivas adotadas pela Secretaria de Educação em relação ao descumprimento pelos diretores dos preceitos estabelecidos para a rede.

A conselheira Gelza reforçou a necessidade que a Secretaria de Educação apure com mais profundidade as ações controversas.

Jelcy informou o ofício recebido pelo CONCIDADE e perguntou se os nossos representantes estariam se fazendo representar de forma ativa.

A conselheira Naara considerou que os calendários letivos precisam ser discutidos democraticamente porque os Conselhos de Classe não podem ser descontados, porque são compostos de atividades pedagógicas.

O vice-presidente lembrou que mesmo não muito simpático, seria importante elucidar que todo trabalhador é contratado para trabalhar 365 dias, com direito a um mês de férias;

sendo o calendário letivo, outra história; é relativo exclusivamente aos alunos e não aos professores e demais funcionários.

Wesley pediu que o Conselho pedisse à Maria Celi um esclarecimento formal dos motivos de sua saída.

Rosimar colocou que se de fato, Maria Celi sair, deverá haver nova eleição.

Jelcy anotou que as providências para possível substituição ou não da presidência serão tomadas.

Não havendo mais nada a discutir, foi encerrada a reunião ordinária do Conselho Municipal de Educação, a qual, eu, Débora Battisti de Abreu lavrei e assino.

13

Petrópolis, 09 de dezembro de 2014.

Secretária Executiva do COMED

Deise de Cássia S. de A. Pinto
Secretária Geral

Jelcy Rodrigues C. Júnior
Vice-Presidente

Maria Celi C. Vasconcelos
Presidente

